

PATRÍCIA MARTINS CEBULA

**O CONHECIMENTO POPULAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
PÚBLICA**

*Monografia apresentada como
requisito parcial para conclusão
do Curso de Especialização em
Organização do Trabalho
Pedagógico, Setor de Educação,
da Universidade Federal do
Paraná.*

*Orientação: Prof.^a Dr.^a Sônia
Guariza Miranda*

CURITIBA

2011

PATRÍCIA MARTINS CEBULA

**O CONHECIMENTO POPULAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
PÚBLICA**

*Monografia apresentada como
requisito parcial para conclusão
do Curso de Especialização em
Organização do Trabalho
Pedagógico, Setor de Educação,
da Universidade Federal do
Paraná.*

*Orientação: Profª. Drª. Sônia
Guariza Miranda.*

CURITIBA

2011

SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	04
1 INTRODUÇÃO.....	05
1.1 Apresentação.....	05
1.2 Justificativa.....	05
1.3 Abordagem metodológica.....	07
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	08
2.1 Concepção de criança.....	08
2.2 Histórico da educação infantil.....	12
2.3 Funções da educação infantil.....	19
2.4 Os profissionais da educação infantil.....	21
3 SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR.....	22
4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS.....	25
4.1 A educação popular analisada inserida no contexto da educação infantil.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXO I.....	38
ANEXO II.....	40

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo abordar questões relacionadas a visão da Educação Infantil enquanto espaço de respeito e promoção da Educação Popular, onde o ser humano desde de sua mais tenra idade perceba a importância de valorizar as diferentes culturas, religiões, crenças, etc. Assim sendo, esta pesquisa buscou: **a)** analisar, como se expressa o conhecimento popular na proposta pedagógica de um CMEI (Centro Municipal de Educação infantil) do município de Pinhais/PR; **b)** analisar como se expressa o conhecimento popular sobre a educação da criança, no discurso de famílias do CMEI investigado; **c)** Investigar como se expressa no discurso dos profissionais do CMEI em questão a concepção de Educação Infantil, e se nesta o conhecimento popular é considerado; **d)** revelar e analisar as questões levantadas na investigação, para que a partir de uma visão crítica se possa traçar novos horizontes para fortalecer a relação entre a Educação Infantil Pública e o Conhecimento Popular. Para tanto, como método de pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, onde foram realizadas entrevistas com educadores, pedagogas, diretora e familiares e/ou responsáveis por crianças em uma Instituição Municipal de Educação Infantil localizada no município de Pinhais/PR. Após analisar os dados foi possível verificar que o município possui diversas iniciativas que buscam a valorização e promoção da Educação Popular. No entanto somente tais iniciativas não são suficientes para se garantir que a Educação Popular seja valorizada e trabalhada nas Escolas de Educação Infantil. É preciso repensar a prática e buscar ações que mudem a forma de lidar cotidianamente com este tema. A Educação Popular necessita ser verdadeiramente transformadora, não basta ser realizada com as classes populares, mas deve, sobretudo, estar a serviço dos interesses das classes populares e da formação de uma consciência de classe.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação

O presente estudo teve como objeto investigar a afirmação ou a negação do conhecimento popular no contexto da Educação Infantil Pública, focando as análises nos discursos das famílias de classes populares, de profissionais desta etapa da escolarização, e de documentos sistematizados com a proposta pedagógica.

Tomando tal objeto este estudo elegeu como objetivos gerais: a) Investigar o processo de estruturação da Educação Infantil enquanto modalidade de ensino em uma trajetória histórica; b) averiguar nas famílias das classes populares os conceitos das mesmas sobre como educar seus filhos; c) apontar limites e possibilidades da Educação Infantil e sua relação com o conhecimento popular expresso pelos profissionais; e d) Analisar nas legislações atuais que apontam as finalidades da Educação Infantil a valorização (ou não) do conhecimento popular.

A partir do exposto acima, colocam-se neste estudo os seguintes objetivos específicos:

- 1) Analisar, como se expressa o conhecimento popular na proposta pedagógica de um CMEI (Centro Municipal de Educação infantil) do município de Pinhais/PR.
- 2) Analisar como se expressa o conhecimento popular sobre a educação da criança, no discurso de famílias do CMEI investigado.
- 3) Investigar como se expressa no discurso dos profissionais do CMEI investigado a concepção de Educação Infantil, e se nesta o conhecimento popular é considerado.
- 4) Revelar e analisar as questões levantadas na investigação, para que a partir de uma visão crítica se possam traçar novos horizontes para fortalecer a relação entre a Educação Infantil Pública e o Conhecimento Popular.

1.2. Justificativa.

Ao se pesquisar sobre o processo histórico da Educação Infantil e até

mesmo sobre o conceito de infância, percebe-se que o Brasil tem passado por muitas mudanças no seu modo de ver, perceber e lidar com esta fase de desenvolvimento do ser humano e muito tem sido feito para entender cada vez mais como este processo ocorre. No entanto, no que se refere às políticas públicas destinadas a organizar um ensino que atenda toda a população de primeira infância, ou ainda, indo um pouco mais à fundo nesta questão, ao se pensar no que o própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 diz a este respeito, nota-se que o Estado tem o dever de garantir uma educação escolar pública com padrões de qualidade que atendam às crianças de zero à seis anos de idade, abrangendo a idade de creche e pré escola. Neste sentido, nosso país muito tem que avançar, principalmente porque esta modalidade de ensino tem sido um privilégio de poucos não atendendo o direito de todos.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, LDB/1996, Art. 29).

Outra questão a ser pensada é a da visão da Educação Infantil enquanto espaço de respeito e promoção da Educação Popular, onde o ser humano desde sua mais tenra idade percebe a importância de se valorizar as diferentes culturas, religiões, crenças, etc. Percebe-se que na prática estas questões são vistas de forma estereotipada a exemplo disto vimos ao longo dos anos a festa junina sendo apresentada como um momento de festividade que imita os trabalhadores do campo em seus ritos de comemoração sem se pensar em como é a vida destes trabalhadores, como eles vivem, como moram, quais os valores destes trabalhadores, haja vista que estas questões e muitas outras são muito relevantes para o processo de ensino e aprendizagem e não devem ser trabalhadas somente como um momento para satisfação dos pais que se alegram ao verem seus filhos apresentando uma dança ou recitando um poema. Com isto percebe-se a necessidade de se pensar de forma mais consciente sobre os conteúdos da Educação Infantil e sua forma de aplicação e valorização da cultura popular, pois se desde pequenos nós seres humanos formos formados de forma a banalizar a educação popular, pouco restará desta cultura no decorrer de suas vidas e cada vez mais a educação se fará de forma padronizada e ideológica de ver as coisas.

Em sintonia com os movimentos nacionais e internacionais, um novo paradigma do atendimento à infância, iniciado em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e instituído no país pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), tornou-se referência para os movimentos sociais de “luta por creche” e orientou a transição do conceito de atendimento da creche e pré-escola como um favor aos socialmente menos favorecidos, para a compreensão desses espaços como um direito de todas as crianças à educação, independentemente de seu grupo social. A Educação Infantil como um direito social das crianças se concretiza na Constituição de 1988, com o seu reconhecimento como dever do Estado com a Educação, processo que teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação. A partir desse novo ordenamento legal, a Educação Infantil passou a construir nova identidade na busca de superação de posições antagônicas e fragmentadas.

Sendo assim, percebe-se que o atendimento à criança de zero a seis anos, no Brasil, existe há mais de 100 anos. No entanto, apenas recentemente, vem sendo reconhecido o caráter educacional dos serviços oferecidos à primeira infância, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, conforme já destacado acima, explicita no seu artigo 29 que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e, no artigo 89 das Disposições Transitórias exige que regulamentações em âmbito nacional, estadual e municipal sejam estabelecidas e cumpridas. Dessa forma, a LDB/96 estabeleceu um prazo de até três anos a contar a partir da data de publicação da Lei em questão, para que as creches e pré-escolas fossem integradas aos sistemas de ensino.

1.3. Abordagem metodológica.

O presente trabalho foi realizado na abordagem de pesquisa qualitativa, desenvolvendo um processo interpretativo de uma dada realidade escolar em relação ao tema proposto. Como ponto de partida foi realizado um estudo bibliográfico e analítico em diversas referências existentes sobre esse tema no

sentido de fundamentar teoricamente a análise dos dados de campo. Como é próprio da pesquisa qualitativa, este trabalho teve a preocupação de buscar numa realidade escolar concreta, não só dados para análise com também o envolvimento dos sujeitos dessa realidade;

Foi realizada uma análise documental das concepções de Educação Infantil e Educação Popular baseada em diversas literaturas, como por exemplo, no projeto político-pedagógico e no regimento da escola campo da pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizado no Núcleo Regional de Educação Área Metropolitana Norte no município do Município de Pinhais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Concepção de criança.

Segundo Áries (1979), a aparição da infância se dá a partir do século XVI e XVII na Europa, quando o mercantilismo altera o sentimento e as relações frente à infância, modificados conforme a própria estrutura social. Antes deste período a criança era vista de forma superficial onde em seus primeiros anos de vida era considerada uma coisinha engraadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. No entanto com o passar dos anos e com as novas viabilizações da economia e frente a novos desafios econômicos se pensava em como inserir a criança nesta mudança social, desta forma, observa-se que conforme há transformações na estrutura social começa a se mudar também o conceito de infância, frente à organização familiar, antes deste período não se tinha claro para a sociedade o que era esta fase.

Em seus estudos Áries (1979) constatou que na Idade Média a criança era vista como um adulto em miniatura, o aprendizado da criança deveria

acontecer de modo que corrigisse suas deficiências ou defeitos. Cabia a criança comportar-se como um ser passivo e constituído basicamente de: memorizações de regras, de fórmulas, de procedimentos ou verdades localmente organizadas.

Mas, com o passar do tempo a infância passa a ser o resultado, de duplas relações: preservá-la das corrupções do meio, preocupando-se com a sua inocência, e fortalecendo, o desenvolvimento de seu caráter e sua razão. As noções de inocência e de razão não se opõem, elas são os elementos básicos que fundamentam conceito de criança como essência, que todas as crianças são iguais. A identificação do conceito burguês em que este sentido de infância surge é muito importante para a compreensão da concepção atual de criança, quando se acredita na essência infantil desvinculada das condições de existência, ou seja, sua classe social e sua cultura.

A concepção de infância vai sendo mudada conforme a sociedade passa a vê-la com um olhar mais centrado de que esta é um indivíduo que pertence à sociedade, que está inserido em sua cultura e dela aprende, tem voz, ou seja, tem sua forma de vivê-la, e por esta é influenciada e a esta também influencia. (PAULA, 2005, p.7)

Para a autora citada a cima pode-se considerar que não existe uma forma única de infância, mas sim o que se tem é contrário uma vez que ela se parece com a sociedade capitalista, urbano - industrial. E na medida em que mudam a organização e o papel social da criança na comunidade, essa forma institui diferentes classes sociais no interior das quais o papel da criança é diferente, se na Idade Feudal a criança tinha um papel produtivo direto na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. As crianças se modificam através das formas da sociedade.

Segundo Garcia (2000) a partir do século XVII o método de ensino usado, até o momento, começou a ser questionado, surgindo então, no séc. XVIII uma nova perspectiva de ensino para as crianças, onde cada criança era valorizada por sua maneira de pensar e de agir, uma vez que foi reconhecido que a criança tem uma natureza singular, que sente e pensa o mundo de um jeito próprio. Desde muito cedo a criança revela seu esforço para compreender o mundo em que vive.

Para Garcia (2000), criança tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas, de forma que possa compreender e influenciar o ambiente no qual convive. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, a criança sente-se cada vez mais segura para se expressar, podendo aprender nas trocas sociais com diferentes crianças e adultos cujas percepções e compreensões da realidade também são distintas. Neste processo de interação a criança vai se modificando e desenvolvendo-se, e o mesmo acontece com as pessoas e com o meio no qual esta inserida.

Para se desenvolver, portanto, as crianças precisam aprender com os outros, por meio dos vínculos que estabelecem.

Os referenciais Nacionais para Educação Infantil (RCN/1998) nos mostra que, a aprendizagem acontece na interação com as outras pessoas, sejam elas adultas ou crianças, e dependem também dos recursos de cada criança. Dentre os recursos que as crianças utilizam, destacam-se: a imitação, o faz-de-conta, a oposição, a linguagem e a apropriação da imagem corporal. Desse modo é através das interações vivenciadas pela criança, que ela constrói e elabora seu próprio conhecimento, resultado de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

Então Jerusalinsky (1989), afirma que partindo deste pressuposto a pedagogia elaborou uma representação básica da infância a partir das noções pedagógicas de natureza e de cultura que, ao serem aplicadas à infância que assumem uma postura de época. Como a infância precede à idade adulta, o fator "época" é introduzido na conceituação de infância gerando uma interpretação dupla, por um lado, o desenvolvimento fisiológico provoca confusão entre a "natureza humana" e "natureza no sentido biológico" do termo escrito se os aspectos de época (temporal) confundem à infância, origem individual do homem, com a origem da humanidade, é como pensarmos nas relações, comportamentos, características essenciais da natureza humana. A infância está atribuída de significados ideológicos, não só ao nível da relação da criança como adulto, mas também ao nível das relações da criança com a sociedade. O adulto estabelece uma imagem de criança como um ser fraco e incompleto atribuindo tais características à natureza infantil. Essa idéia, porém, diferencia ideologicamente as relações da criança com o adulto na medida em

que esse exerce sobre a criança uma autoridade constante que é social, é não natural, que reproduz as formas de autoridade de uma certa sociedade. A dependência social da criança é transformada em dependência natural sendo justificada pelo adulto de forma absoluta.

Segundo Henri Wallon (1968), o social, a necessidade do outro, está escrito no orgânico, sua imaturidade ao nascer a criança se torna o mais frágil de todos os seres vivos, o homem não pode sobreviver sozinho, na fase inicial de seu desenvolvimento, a criança encontra-se em total dependência do outro. A primeira capacidade de se comunicar afetivamente com os adultos que as cercam uma relação que se traduz em vínculo afetivo que lhe permite desenvolver suas características específicas. (WALLON, 1968, p.36)

Para este autor, a socialização e a individualização são momentos concomitantes de um mesmo processo de desenvolvimento que transforma um bebê em um adulto único integrado ao grupo social - cultural ao qual pertence. A criança busca ser reconhecida dentro, do seu grupo familiar, e escolar mas, além disso ampliar sua participação na sociedade onde haja a construção de uma identidade individualizada que emerge na vida coletiva social. A criança na fase da pré-escola se encontra em um processo de afirmação de sua individualidade. Esse ingresso representa um marco no seu desenvolvimento, ou seja, no seu processo evolutivo, pois é a etapa em que ocorre a separação por um certo período de tempo diário, do contexto familiar e, mais especificamente, da mãe, na faixa etária de dois a três anos. Nesse início do processo de escolarização, a criança será inserida em um ambiente totalmente novo e desconhecido. Este processo pode ser comparado ao desmame infantil, pois a criança não ficará mais todo tempo com a mãe. Agora ela será integrada a um novo meio social através do relacionamento com outras crianças e adultos, onde estabelecerão as primeiras normas em sociedade, ou seja, os primeiros processos de sociabilização, iniciando assim, uma nova etapa de sua vida. Mas, nesse momento de sociabilização na escola a criança encontra algumas dificuldades, apresentando-se muitas vezes inseguras no ambiente por não ter ao seu lado, pessoas da família ou do seu conhecimento.

Em seus estudos Hohn (2004), relata que os autores Leontiev, Luria, Freire, Rizzi & Haydt, entre outros, sugerem que esse período de adaptação e sociabilização ao meio escolar pode tornar-se facilitado quando o professor

utiliza atividades lúdicas, especialmente as que valorizam a motricidade infantil, pois nessa fase do seu desenvolvimento a criança tem tendência natural de se expressar corporalmente, utilizando palavras e gestos na expressão de sua idéia e emoções, ou seja, usa a motricidade através do lúdico, para relacionar-se com o ambiente que está inserida.

Para reforçar a idéia, Winnicott (1971), que afirma que a brincadeira é a melhor maneira da criança comunicar-se com o mundo, um instrumento que ela possui para relacionar-se com outras crianças. Brincando, a criança aprende sobre o mundo que a cerca e tem a oportunidade de procurar a melhor forma de integrar-se a esse mundo que já a encontra pronto ao nascer.

Nesta perspectiva, o processo de ensino aprendizagem viabilizado pelo profissional da Educação Infantil, deve promover a construção de aprendizagens significativas pelas crianças, em que elas possam estabelecer relações entre os outros conhecimentos e os que já possuem, utilizando-os em situações reais de seu cotidiano dentro e fora do estabelecimento de ensino.

2.2. Histórico da Educação Infantil

Segundo Kramer (2001), a pré-escola, atualmente considerada educação infantil, surgiu no século XVIII na França e Inglaterra, com a função de “guardar” as crianças, filhas de mães operárias, bem como afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunham.

Esta autora na mesma obra relata que durante o século XIX, uma nova função passa a ser atribuída à educação infantil, mais relacionada à idéia de educação do que a de assistência, tendo como função compensar as deficiências das crianças, suas misérias, pobreza e negligência das famílias.

Para a ela, essa função compensatória passa a ser mais relevante após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos e na Europa. No século XX, a pré-escola era vista como forma de resolver o fracasso escolar. Tinha, também, a idéia de preparação que estava vinculada à compensação de carências infantis, através do adestramento de habilidades.

Kramer (2001) constatou que no Brasil, este processo de criação das escolas de Educação Infantil se deu em meados da década de 50, a partir da Revolução Industrial, quando houve um grande crescimento fabril e os baixos salários pagos pelas empresas, entre outros motivos, levaram as mulheres a saírem para trabalhar e ajudar na renda familiar, porém não havia lugar para deixar seus filhos pequenos. Foi então que começaram a surgir às pré-escolas de guarda, que visavam atender essas crianças. Com o passar do tempo, na década de 70, surgiram as pré-escolas assistencialistas que visavam compensar as necessidades não cumpridas pela família, suas atividades desenvolvidas priorizavam a criação de hábitos e atitudes, como solução para os problemas educacionais e sociais.

Garcia (2000), afirma que na década de 80 no Brasil, o Programa Nacional da Educação Pré-Escolar via a função da pré-escola como a de promover o desenvolvimento global e harmônico da criança. Ou seja, a pré-escola não deveria ser vista como uma fase preparatória para a escola. Ela poderia contribuir ou não para uma melhor aprendizagem da criança.

Para esta autora, em contrapartida a este projeto, algumas pré-escolas tinham como propósito preparar para alfabetização e utilizavam-se de atividades de coordenação perceptivo-motora que eram encaminhadas por meio de treino mecânico, visando o preparo para o início do ensino de 1º grau, atual ensino fundamental séries iniciais. Atualmente, estes propósitos ainda estão presentes nos contextos educacionais de algumas Escolas de Educação Infantil.

A partir de 1996 com o advento da LDB/96, podem-se observar dados que contribuíram para uma reflexão sobre as estruturas curriculares, nas quais a Educação Infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da sociedade, ela deve ser oferecida em:

“ I – Creche ou entidade equivalente, para crianças de até três anos de idade.

II – Pré- escola para crianças de quatro a seis anos de idade”. (Brasil, 1996, art. 30)

É dever dos municípios garantir e manter as creches e pré-escolas para atender, satisfatoriamente, a demanda, por estas instituições, pela comunidade local.

Em contrapartida temos o Ensino Fundamental que é obrigatório e tem como pressuposto indispensável para desenvolver nos alunos a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Segundo Fusari (1995), nesta perspectiva, a Educação Infantil tem como objetivo promover a socialização da criança no meio no qual esta inserida. As atividades propostas visam o relacionamento com o grupo através dos jogos e brincadeiras. O pleno desenvolvimento da criança depende de vários fatores, entre eles está sua relação com a sociedade, com o mundo que a rodeia e obviamente a relação com o seu próprio corpo. Sua avaliação deve se dar mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção ou até mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Neste sentido, há uma denúncia da pré-escola constituída predominantemente sob a ótica de preparação da criança para aprendizagens futuras pode se tornar o anúncio de uma forma de organização de seu cotidiano a partir de uma concepção que valoriza o processo de construção de conhecimentos empreendidos pelas crianças.

Sendo assim, os RCN (1998), afirmam que para a Educação Infantil, a redefinição do contexto escolar gera a necessidade de uma reconstrução do significado e das práticas avaliativas. Este olhar para a pré-escola se fundamenta em outras concepções de criança, de aprendizado e de desenvolvimento.

Segundo Kramer (2001), a criança deixa de ser vista como um adulto em potencial, sendo assumida como sujeito que se constrói em interação com a vida social da qual é parte. Sendo assim, a pré-escola deixa de ser vista como um local de preparação para as séries posteriores. A cada situação vivida a criança realiza aprendizagens, enquanto aprende, se capacita para as aprendizagens futuras. A aprendizagem passa a fazer parte do estar no mundo, é uma atividade indispensável à construção do ser social.

A autora citada acima afirma que nós, seres humanos aprendemos na vida e para a vida. O desenvolvimento da criança não pode ser pensado como

um movimento linear, como um conjunto de fases que se sucedem e são caracterizadas por comportamentos semelhantes em todas as crianças, pois cada uma tem suas características distintas. Ao observar o desenvolvimento real das crianças, verifica-se a existência de saltos e de rupturas. A cada momento nos surpreendemos com as ações das crianças, que muitas vezes fazem coisas que não são consideradas viáveis tomando como base seus comportamentos anteriores.

Para Kramer (2001), o desenvolvimento é parte da vida, e está profundamente marcado pelo contexto social do qual a criança participa. Os comportamentos que cada uma apresenta e suas respostas se relacionam com as questões mais amplas que lhe são colocadas cotidianamente. Conseqüentemente crianças diferentes, com vidas diferentes, recebendo estímulos diferentes, estão expostas a problemas e formas de solucioná-los diferentes e constroem padrões de referências e de comportamento diferentes. Há uma série de caminhos através dos quais o desenvolvimento pode se revelar.

Quando se fala em desenvolvimento/crescimento, lembra-se facilmente de aumento de estrutura, peso e outras mudanças, tanto estruturais como orgânicas que ocorrem na constituição física de um ser. O termo desenvolvimento, porém, é muito mais amplo e complexo. Ele define o processo ordenado e contínuo que principia com a própria vida no ato da concepção, e abrange todas as modificações que ocorrem no organismo e na personalidade. Para determinar o processo de desenvolvimento em todas as suas fases, as condições estruturais e orgânicas atuam simultaneamente com os estímulos ambientais. O desenvolvimento é um processo contínuo... (ROSA & NISIO 1999, p. 21).

Partindo desta perspectiva Kramer (2001) afirma que a criança é um ser humano completo porque tem características necessárias para ser considerada como tal: constituição física, formas de agir, pensar e sentir. É um ser em crescimento porque seu corpo está continuamente aumentando em peso e altura, ou seja, está crescendo para se assemelhar com um adulto. É um ser em desenvolvimento porque essas características estão em permanente transformação. As mudanças que vão acontecendo são qualitativas e quantitativas — o recém-nascido é diferente do bebê que engatinha, que é diferente daquele que já anda, já fala, já não usa fraldas. O crescimento e o desenvolvimento da criança pequena ocorrem tanto no plano físico quanto no psicológico, pois um depende do outro. Embora dependente do adulto para

sobreviver, a criança é um ser capaz de interagir num meio natural, social e cultural desde bebê. A partir de seu nascimento, o bebê reage ao entorno, ao mesmo tempo em que provoca reações naqueles que se encontram por perto, marcando a história daquela família. Os elementos de seu entorno que compõem o meio natural (o clima, por exemplo), social (os pais, por exemplo) e cultural (os valores, por exemplo) irão configurar formas de conduta e modificações recíprocas dos envolvidos.

Neste contexto Rosa e Nisio (1999), afirmam que a Educação Infantil torna-se parte do processo de conhecimento rico e intenso vivido pela criança em interação com a realidade. O contexto escolar insere-se nesse movimento de descoberta do mundo, de construção e subjetividade e de interação com a vida social. Os caminhos deixam de ser prévia a logicamente traçados, os comportamentos lineares hierarquizados e atentamente observados, computados e classificados desaparecem. Assume-se que no período pré-escolar, a criança está construindo conhecimentos e que esta construção é essencialmente coletiva.

Nos últimos anos, debates nacionais e internacionais começam a defender a necessidade e a importância de que as instituições de Educação Infantil passem a integrar as funções de educar, cuidar e brincar, não mais hierarquizando os profissionais e as instituições que atuam com as crianças pequenas.

Estas funções devem estar associadas aos padrões de qualidade, que são elaborados a partir de concepções de desenvolvimento da criança nos seus diferentes contextos, sociais, ambientais e culturais, nas interações de práticas sociais, que lhe dão subsídios para a construção de uma identidade autônoma. (FUSARI, 1995, p. 42)

Para tanto o currículo da pré-escola deve ser estruturado a partir de três componentes curriculares, que estão presentes no RCN (1998) (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), que são fundamentais à Educação Infantil (Educar, Cuidar e Brincar).

- Educar deve se dar o nível do compromisso pedagógico partindo das vivências do mundo e de si mesmo, envolvendo emoções e afeto, resultando assim numa aprendizagem significativa, buscando desenvolver sua autonomia.

- Cuidar faz parte da educação que considera as necessidades da criança, como alimentação, proteção, saúde e afetividade. Para que isto aconteça é necessário que o professor estabeleça vínculos afetivos com a criança.
- Brincar: é brincando que as crianças transformam os conhecimentos que já possuem em conceitos gerais com os quais brincam.

“Brincar constitui-se dessa forma em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade.” (BRASIL, 1998, v. 2, p.23)

A avaliação neste momento se constitui sob a perspectiva do processo vivido, não apenas para observar os resultados alcançados, mas para entender os caminhos percorridos pela criança para atingir o ponto demonstrado, desvelando no comportamento aparente as aprendizagens que não estão evidentes de forma imediata. Neste processo o/a profissional da Educação Infantil apreende os conhecimentos que a criança possui, quais deseja ou necessita possuir e quais estão em desenvolvimento, devendo, portanto, ser aprofundados. “O ato avaliativo tem como finalidade a compreensão do processo vivido pela criança individualmente, pelo grupo e pela criação de alternativas pedagógicas que contribuam para o crescimento global de todas as crianças.” (GARCIA, 2000, p. 33)

Assim sendo o trabalhar em grupo é a forma mais produtiva de encaminhamento da ação pedagógica. A aprendizagem e o desenvolvimento encontram muitas possibilidades, quando conhecimentos, concepções, informações e fantasias diversas são confrontados, analisados e rearticulados. O movimento de cada um se enriquece e se amplia em contato com o outro.

Para Oliveira (1992), o processo ensino/aprendizagem é fortalecido e revitalizado com a heterogeneidade. A pluralidade é incorporada em sua possibilidade. Portanto, a avaliação abandona a tentativa de padronização e de homogeneização e abre espaço para a expansão das diferenças. A presença do outro deixa de ser ameaçadora, por não significar mais o estabelecimento de limites. Agora o outro é o parceiro que caminha junto e contribui para o avanço. O conhecimento é necessariamente mediado pela interação e pela interlocução.

Nesta perspectiva Oliveira (1992), destaca ainda que a pré-escola passa a tomar a construção de conhecimentos em seu sentido mais abrangente. Não se trata de antecipar a avaliação da criança em função da correção da mera resposta dada. Trata-se de avaliar o processo desenvolvido pela criança para chegar àquela resposta. A partir da avaliação, reorienta-se o círculo. Assim, uma resposta apresentada errada, sem sentido, ou imprópria para uma determinada faixa etária, revela-se importante no sentido de mostrar os caminhos percorridos por esta criança para chegar a tal resposta.

Há que ser considerada, também, uma recente alteração no Ensino Fundamental a aprovação da lei 11.274, em fevereiro de 2006, que muda a duração do ensino fundamental de oito para nove anos. Desse modo, o aluno deve ser matriculado na primeira série (agora chamada de “primeiro ano”) com seis anos de idade, e não com 7 anos de idade conforme previa a outra lei, 11.114, de 2005, que alterava a LDB (Lei nº 9.394, de 96), já aceitava a matrícula de alunos com seis anos de idade no ensino fundamental. As escolas têm até o ano de 2014 para se adequar à lei, no entanto em algumas capitais brasileiras (e o Distrito Federal), o ensino fundamental de nove anos já é oferecido desde de 2006. Percebe-se, entretanto, que tais mudanças ainda não foram implementadas e retardam ainda mais o atendimento à todas as crianças nesta faixa etária, uma vez que o país ainda está se articulando para atender a mais um ano de ensino obrigatório.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

A educação infantil é muito nova no Brasil, muitos foram os avanços previstos na legislação, inversamente, muitos retrocessos acompanham a trajetória histórica dessa etapa da Educação Básica devido à falta de investimento por parte dos governantes brasileiros, já que, do ponto de vista

prático, o trabalho realizado no interior de muitos Centros de Educação Infantil se restringe mais aos cuidados físicos relacionados à higienização e à alimentação do que propriamente a um trabalho voltado aos aspectos educativos. A alta rotatividade no emprego, a falta de opção em relação a outros serviços, a baixa assiduidade e as condições de trabalhos dos profissionais da educação muito contribuem para que a Educação Infantil não receba a devida relevância.

2.3. Funções da Educação Infantil.

Conforme relatado no tópico anterior, as creches e pré-escolas, no Brasil, foram adquirindo formas diversas ao longo de sua história, caracterizando atendimentos diferenciados. Atualmente, a educação infantil poderá ser ofertada em instituições particulares ou públicas. As públicas são as municipais, em consonância com a LDB/96:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
V – Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade ao ensino fundamental, permitindo a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (Brasil, 1996).

O funcionamento da Educação Infantil poderá manter seu atendimento com opções no período de 24 horas diárias em situações especiais, entre 8 e 12 horas sem interrupção, de 3 a 4 horas e de meio período, podendo algumas escolas fecharem para as férias e outras não.

O fato de muitas instituições atenderem em horário integral implica em uma maior responsabilidade quanto ao desenvolvimento e aprendizagem infantil e também precisam estar atentas para proporcionarem cuidados adequados às crianças quanto à saúde, à higiene e à alimentação.

A Educação Infantil deve ser em um ambiente acolhedor, aconchegante, arejado, higiênico, seguro, confortável e que garanta um bom desenvolvimento da criança.

É vital que as instituições de educação infantil proporcionem cuidados com a saúde das crianças para que tenham uma vida saudável. Tendo locais adequados para troca de fraldas e higiene bucal. É preciso que haja uma preocupação em orientar e conscientizar as crianças, funcionários e pais sobre a higiene individual e coletiva, onde as salas sejam bem ventiladas, e que tenham caixa de primeiros socorros para casos de emergências, pois esses recursos são indispensáveis, porém ainda existem instituições que não priorizam esses cuidados.

Deve haver um cuidado especial quando a criança estiver doente e os medicamentos devem ser dados somente quando estiverem acompanhados das receitas médicas.

As instituições de Educação Infantil devem contar com uma nutricionista que elabore um cardápio, rico em proteínas e nutrientes para a faixa etária de crianças atendidas. O cardápio precisa ser variado e alternativo e ministrado em horários adequados, visando atender às necessidades básicas para que as crianças tenham um desenvolvimento saudável.

Oferecendo estes requisitos a instituição poderá proporcionar à criança melhores condições de desenvolvimento, exploração do ambiente e conquista de novas possibilidades.

Segundo o RCN para Educação Infantil (BRASIL, 1998) as instituições devem também proporcionar a proteção, afeto e amizade, tendo cuidado com as descobertas acompanhando o período de adaptação, desenvolvendo identidade. Trabalhando com as diferenças e incluindo atividades em seus planos de aula que favoreçam e ampliem o respeito às diferenças étnicas, religiosas, culturais, etc. Necessitam ter uma visão ampla ao trabalhar as diferenças raciais e religiosas, entre outras.

Na família, na Educação Infantil e na sociedade em geral a atenção individual, afetividade, singularidade e o cuidado devem ser fundamentais para as crianças.

Cabe à Educação Infantil ajudar a criança a compreender o mundo e compreender o outro, a fim de compreender a si mesma, assumindo assim a imensa tarefa de formação, não enquanto responsabilidade, mas como aquela que exerce uma prática educativa social, organizada e planejada. A Educação Infantil deve ser um espaço social, de vínculo afetivo com a criança onde o

professor faz uma mediação e apresenta conteúdos formais, construindo os significados éticos de toda e qualquer ação de cidadania.

Estes conteúdos segundo o RCN para Educação Infantil, devem estar vinculados e planejados pelo profissional que atua na Educação Infantil tendo como base os temas propostos pelas estruturas curriculares nacionais para Educação Infantil, que são: Formação Pessoal e Social, Identidade e Autonomia, Conhecimento de Mundo, Idéias e Práticas Correntes, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. “Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis”. (BRASIL, 1998, v. 1, p. 23).

2.4. Os Profissionais da Educação Infantil

Segundo Osteto (2000), os profissionais da Educação Infantil devem proporcionar às crianças contatos com a natureza e com o meio ambiente, mostrando que fazemos parte deles e que é muito importante a sua preservação. Quando a instituição de Educação Infantil não favorecer tal contato, então devem ser criadas alternativas para alcançá-lo através de aulas de campo, visitas a diferentes museus, etc.

Para esta autora, ao se falar nos profissionais que trabalham com essa faixa etária, é importante ressaltar que, em função das novas exigências previstas na Lei, faz-se necessário uma formação inicial sólida e constante atualização em serviço, pois ao tratar dos avanços e retrocessos na formação de profissionais de Educação Infantil, constata-se problemas e falta clareza sobre o perfil profissional daqueles que vão atuar junto à criança pequena.

Nesta perspectiva Oliveira (2001), afirma que atualmente a formação de professores é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade. Destaca-se ainda que, embora a chamada formação continuada

não deva se caracterizar como algo eventual, nem apenas um instrumento que se usa para suprir deficiências teóricas e práticas de uma formação acadêmica mal feita, é importante que esse profissional busque a capacitação em serviço e a atualização constante, aprofundando as experiências científicas e cotidianas que está vivendo e as vividas anteriormente. É importante que, ao longo da carreira do magistério, o mesmo possa frequentar não só os cursos de atualização, grupos de estudos ligados ao fazer pedagógico na sala de aula, mas, sobretudo, estar atento às questões políticas, sociais e econômicas, acompanhando as transformações da sociedade como um todo.

3. SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR

Segundo Wanderley (1980), Educação popular é aquela educação produzida pelas e para as classes populares. Onde as camadas populares exercem o poder de criar e desenvolver entre si, relações não dominantes, o poder de agir na prática de Educação Popular e de acordo com seus interesses e a partir das decisões tomadas por elas mesmas. Os movimentos populares se defrontam com uma diversidade de categorias sociais dadas pelas situações concretas que vivenciam e pelos níveis de organização e de consciência que possuem.

Falo da educação que os grupos populares proporcionam a si próprios, como uma classe social e através de suas instituições legítimas de classe. É uma forma de educação menos oficial e menos enquadrada nos programas de tipo professor-aluno. É por exemplo, a educação que um operário recebe, fora da fábrica e fora da escola, dentro do sindicato, que ele recebe de sua agência de classe e através de sua participação pessoal em processos e momentos de trabalho de classe. (WANDERLEY 1980, p. 64).

Para Costa (1984), a educação popular é uma prática que lida fundamentalmente com o conhecimento, mas não é só a educação que se ocupa de conhecimento na sociedade. E nem o conhecimento é só produzido pela educação, pois ele nasce na medida em que as pessoas pensam e refletem sobre as experiências vividas em todas as práticas.

Segundo Wanderley (1984) o conhecimento popular sobre suas diferentes áreas como, medicina, engenharia, religião, economia, etc., não são valorizados nem legitimados como conhecimento verdadeiro e útil. E isto se dá

devido ao fato de o mesmo não ser adquirido por um outro caminho que não o da escola, pois trata-se do caminho do contato direto com as plantas e seus efeitos medicinais, com as máquinas e ferramentas, com a terra, com as formas de exploração do trabalho. A rigor o conhecimento popular não é reconhecido como tendo valor para solucionar problemas da sociedade e do próprio povo, pois se assim fosse, a solução para os problemas seria diferente.

Para este autor, a educação popular é entendida como uma prática política no sentido de que as relações de poder estabelecidas entre os participantes desta prática, tal como em todas as outras práticas reproduzem, ou pelo contrário, questionam o tipo de poder dominante na sociedade. A classe dominante exerce um poder que vem a dificultar ou impedir que as camadas populares valorizem e desenvolvam seus conhecimentos (suas teorias) e seus próprios modos de elaborar conhecimento, na educação popular este tipo de poder dominador é exercido na medida em que o conhecimento é conduzido de acordo com a maneira e a realidade da classe dominante, onde na forma de ensinar os conteúdos são impostos levando o povo a decorar o conhecimento que foi produzido e construído pela classe dominante. Ao longo da história da educação brasileira, há uma questão que vem passando de educador pra educador: é possível uma escola elementar que ensine ao menos os conhecimentos básicos aos filhos das camadas populares.

No Brasil a Educação Popular não se apropria de seu real significado se for descontextualizada e se vier a perpetuar o aspecto dual do ensino, viabilizado historicamente, que acaba por segregar aqueles indivíduos oriundos da classe trabalhadora. Segundo Esteban, a escola possui práticas ancoradas no discurso da igualdade de procedimentos e na ocupação da desigualdade de direitos, pois mesmo quando a Escola oferece as mesmas oportunidades a todos, ela exclui. (ESTEBAN, 2007, p 10)

No entanto, viver esta verdadeira Educação Popular é deparar-se com a legitimação do direito ao acesso e a permanência de todos na escola, muito além de tal permanência, é garantir, também, o direito de sucesso escolar em detrimento ao, tão comum, fracasso escolar, visto nas Escolas Públicas.

(...) uma sociedade desafiada pela globalização da economia, pela fome, pela pobreza, pelo tradicionalismo, pela modernidade, pelo autoritarismo, pela democracia, pela

violência, pela impunidade, pelo cinismo, pela apatia, pela desesperança, mas também pela esperança. FREIRE (1995, p.59).

Neste sentido percebe-se a necessidade da inserção da Educação Popular, também, no que tange a Educação Infantil considerando que a mesma necessita atingir todas as crianças e cumprir um papel fundamental nesta nova forma de pensar a educação, pois atualmente a Educação Infantil representa a primeira etapa da educação básica de nosso sistema de ensino, sendo de suma importância que a criança receba uma educação de qualidade e que prime por valores de sua classe social, cultura, costumes e ideologias. Se desde a mais tenra idade a criança aprender a lutar pelos ideais de seu grupo social, esta postura estará consolidada e os movimentos sociais populares ganharão mais forças frente ao sistema capitalista em que vivemos, sistema este que se diz democrático, mas ao logo dos anos vem aumentando as desigualdades e a alienação de seu povo, onde muitas crianças são abandonadas a sua própria sorte e são levadas a morar nas ruas de nossas cidades, tendo seus direitos violados e sendo marginalizadas pela sociedade. O Brasil é uma nação onde a maioria da população tem seus direitos violados, em que ainda se discute o voto dos analfabetos, em que toda ação espontânea de grupos e movimentos sociais é imediatamente vista como um perigo a ser criminalizado, em que os órgãos representantes perdem em escala visível sua autoridade, entre outros fatores. Desta forma, reivindicar cidadania é um enorme passo adiante.

É preciso romper com a crença de que o povo brasileiro não tem a capacidade de discernimento e de deliberação, é preciso que o movimento popular elabore novas formas de representação política, buscando uma unidade resguardando-se dessa diversidade que vem sendo obtida com suas lutas. “O movimento popular se defronta com uma diversidade de categorias sociais dadas pelas situações concretas que vivencia e pelos níveis de organização e de consciência que possui”. (WANDERLEY, 1984 p. 18)

Sendo assim, visando uma educação que atinja seu caráter popular faz-se necessário que os processos escolares e extra-escolares ganhem relevância e que a definição do conteúdo programático, dos métodos e instrumentos pedagógicos recuperem a experiência acumulada pelas vivências

populares de educação popular do passado, para que não precise partir do zero e sim parta de bases sólidas para avançar em busca de uma educação popular de qualidade que atinja os interesses da população como um todo, sendo esta uma educação que aconteça de forma organizada e progressiva.

Para que a Educação Popular seja uma prática onde as camadas populares desenvolvam um conhecimento reforçador de seu poder de transformar a sociedade, é necessário uma atenção contínua e profunda às condições de existência dessas mesmas camadas.

Percebemos que em todos os lugares há iniciativas que interferem na existência de setores populares, isto significa que as camadas sociais dominantes ampliam seu poder na sociedade ao mesmo tempo em que modificam as condições de existência das camadas populares e agravam antigas formas de dominação e dependência. No entanto as camadas populares necessitam, em seus diversos tipos de atividades educativas, analisar em que medida tais atividades estão respondendo às necessidades de seus grupos, de modo que venham a valorizar sua história de lutas e resistência e consigam uma transformação social que seja significativa.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS.

A pesquisa de campo foi realizada em uma Instituição de Educação Infantil do Município de Pinhais, Estado do Paraná, localizada na área metropolitana norte do município em questão. Nesta Instituição trabalham, *07(sete) educadoras infantis*, sendo que destas, 71% possuem ensino superior, 02 (duas) merendeiras, 01 (uma) zeladoras, 01 (uma) estagiária de administração atuando como secretária da instituição, 01(uma) pedagoga que atua no período da tarde, e 01 (uma) diretora.

Atualmente a instituição possui um total de 149 alunos matriculados em período integral e distribuídos nas 06 turmas oferecidas pelo CMEI, sendo elas: 02 turmas Berçário (4 meses à 1 ano e 8 meses de idade), 02 turmas de Maternal I (de 1 ano e 8 meses à 2 anos e $\frac{1}{2}$ de idade), 01 turma de Pré-I (de 3 anos e $\frac{1}{2}$ à 4 anos e $\frac{1}{2}$ de idade) e 01 turma de Pré-II (de 4 anos e $\frac{1}{2}$ à 5 anos e $\frac{1}{2}$ de idade). No entanto o CMEI possui um sistema de fichas para esperar por vagas sendo que se tem 68 crianças na fila de espera por uma vaga, onde

estão distribuídas de acordo com a idade de cada criança cadastrada, da seguinte forma: 21 crianças para o berçário, 16 maternal I, 18 crianças Pré-I e 13 crianças Pré-II. A Instituição não atende as crianças de Maternal II (de 2 anos e $\frac{1}{2}$ à 3 anos e $\frac{1}{2}$ de idade devido ao fato de não possuir muitas crianças na listagem de espera por vagas e a listagem de crianças para Maternal I é muito maior.

A maioria das crianças atendidas mora nas proximidades da instituição, pois esta é uma exigência para conseguir a vaga, onde a prioridade é o atendimento da comunidade local, entretanto os alunos da turma do Maternal I são de regiões não tão próximas ao CMEI, onde a maioria necessita de condução para chegar na Instituição o transporte, neste caso, não é oferecido pela Prefeitura e cada família/responsável necessita se organizar e custear o transporte, uma vez que próximo a sua residência não há vaga disponível para crianças desta idade.

A instituição de ensino apresentou-se aberta e à disposição para a realização da pesquisa, fornecendo todos os documentos necessários para a descrição da realidade escolar.

Em relação aos respondentes foram realizadas entrevistas junto à profissionais, familiares responsáveis pelos educandos (Anexos I, II).

Os profissionais eleitos como respondentes foram: 01(uma) diretora, 02 (duas) pedagogas e 02 (duas) educadoras infantis. E também foram entrevistados 03 (três) responsáveis pelos educandos. A direção se prontificou a ajudar no que fosse necessário.

Durante a pesquisa de campo foram analisados os seguintes documentos referentes à Educação do Município de Pinhais/PR: Proposta Pedagógica, Projeto Político e Pedagógico, documento Base da I Conferência de Educação de Pinhais (I COMEP, 2010), Apostila desenvolvimento Infantil de 0 à 5 anos, Apostila O Trabalho na Creche e Regimento Escolar da Instituição pesquisada. Estes documentos já explicitados nas primeiras linhas descrevem a Educação Infantil enquanto um segmento que tem sido orientado pelo princípio da qualidade para todos, mediante esforços contínuos, realizados de acordo com a análise das necessidades e também da avaliação dos avanços já conquistados. Dessa forma, os documentos afirmam que as ações educacionais promovidas pelo município têm tido como foco a

promoção e a evolução constante dos padrões de ensino, de modo que sua população possa desenvolver as competências necessárias para a cidadania, à participação efetiva no mundo do trabalho e o usufruto dos bens culturais disponíveis.

Para tanto, os documentos analisados afirmam que a Educação como um todo tem sido promovida, mediante a consideração à diversidade cultural e pessoal, às diferenças individuais e a necessidade de atenção e estimulações educacionais diferenciadas. Tem-se orientado pelos princípios da inclusão e equidade, pelos quais se oferece oportunidade educacional de qualidade para todos, de forma inclusiva, considerando as diferenças pessoais entre seus alunos atendendo diferentemente aqueles que necessitam de atenção e estímulos educacionais diferenciados.

Estes cuidados estão associados ao princípio da democratização da educação, considerando que pessoas diferentes, com dificuldades e experiências distintas, precisam usufruir com os mesmos padrões de qualidade em educação. Este atributo da educação é que lhe confere qualidade social e caráter democrático e inclusivo, que abraça toda a população desde a mais tenra idade e inclui os adultos que não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada, passando pelas crianças e jovens com necessidades educacionais especiais.

Afirmam os documentos analisados que dessa maneira é realizada a gestão da educação em Pinhais/PR, voltada para a promoção de aprendizagem de alta qualidade, compatível com os desafios do momento vivido pela sociedade atual e com a visão de longo prazo, mediante a percepção das possibilidades e necessidades futuras.

Dando continuidade a essa orientação e com vistas à promoção de estágios de desenvolvimento gradualmente melhores, a partir de parâmetros de qualidade definidos, a Prefeitura Municipal de Pinhais/PR, por meio de sua Secretaria de Educação, promove constantemente a reformulação de suas estruturas funcionais, de modo a modernizar a gestão educacional, promover a construção de novas instituições educacionais; atualizando continuamente seu acervo tecnológico, investindo em formação continuada de seus profissionais, construindo seus estabelecimentos de ensino com parâmetros pedagógicos de qualidade, dentre outras ações, o que tem sustentado em conjunto, o cuidado

com a qualidade da educação de seus alunos e a elevação dos indicadores educacionais.

Os documentos analisados afirmam que a gestão do município está atenta a outro cuidado que está relacionado com a promoção da gestão democrática e a construção da autonomia escolar, de modo a garantir maior envolvimento dos participantes da comunidade escolar no fazer educacional da escola, condição fundamental para sua dinâmica social cidadã e educadora. A mobilização e a unidade pela qualidade da educação são consideradas vitais para o sucesso educacional do município. Daí porque o empenho na promoção desses aspectos para atingir objetivos e cumprir metas que atendam o interesse da população por educação de qualidade para seus filhos. A dinamização dos Conselhos Escolares tem sido uma preocupação contínua nesse sentido e tem-se caracterizado por construir comunidades escolares participantes no fazer educacional de suas Unidades, assim como a contínua coordenação da gestão na construção da autonomia escolar, passando pela formação continuada de seus gestores e demais profissionais da educação, zelando pela consistência e desenvolvimento da educação até agora fomentado no município.

A Secretaria Municipal de Educação de Pinhais no ano de 2010, promoveu a realização da I Conferência Municipal de Educação, com a finalidade de debater um Documento-Base e propor um Plano Municipal de Educação, a ser transformado em Lei, com capacidade de estabelecer patamares mais elevados de desenvolvimento. Essa proposta seguiu as orientações legais e pautou-se no entendimento de que a gestão democrática e o diálogo amplo e transparente com a comunidade, na tomada de decisões sobre os destinos da educação de seus filhos, são os caminhos para mobilizar pessoas em torno da educação e garantir as condições para a sua qualidade social.

Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação organizou e promoveu a realização, de forma participativa, com representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e das escolas, estudos, análises e discussões sobre os avanços alcançados e a definição das diretrizes, objetivos e metas que farão a composição do Plano Municipal de Educação para Pinhais.

Com a elaboração do Plano Municipal de Educação, propõe-se ampliar a visão estratégica da educação municipal e dar-lhe uma visão de conjunto, de modo a estabelecer um direcionamento firme e consistente das ações educacionais no ensino municipal, voltado para promover aprendizagem de qualidade para todos.

4.1. A educação popular analisada no contexto da educação infantil de Pinhais.

Os documentos da Educação Infantil analisados na pesquisa relatam que a Educação Popular é contemplada e recebe a merecida relevância na educação do município de Pinhais/PR.

As condições para a oferta de educação básica têm por base a concepção de educação de qualidade como direito social, em consonância com os princípios da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade, da universalização do acesso, da gestão democrática, da ampliação da educação de tempo integral, da garantia de padrão de qualidade. (I COMEP, 2010. p. 39)

Entretanto, durante a entrevista (roteiro anexo II) com a diretora, ela relatou que nos dois últimos anos muito tem sido feito a este respeito, onde os dirigentes da prefeitura e principalmente do setor da Educação do município de Pinhais/PR demonstraram-se envolvidos e comprometidos com este tema, onde constantemente são realizadas cursos de formação continuada e momentos que buscam a participação da comunidade como um todo, em diferentes momentos em que se faz educação, como, por exemplo, sábado na praça ou ciranda de pais. Nestes dois projetos busca-se envolver a comunidade no processo educativo de seus familiares, resgatando valores e cultura, a exemplo disto neste ano foi realizado um curso de formação continuada dos educadores da Educação Infantil intitulado “Curso da Diversidade”, onde várias pessoas de etnias diferentes foram convidadas à realizar palestras e falar um pouco sobre sua cultura e como trabalhá-la na escola, estes profissionais participaram também do 8º Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial, neste evento prefeito do Município em questão relatou que é importante a discussão deste tema para melhorar a qualidade do ensino e também para ressaltar a importância dos afrodescendentes na

construção da nação. Este evento contou com a presença de negros, indígenas e ciganos que realizaram palestras e defenderam sua etnia e também defenderam a importância das mesmas serem trabalhadas nas escolas. Ao questionar a diretora sobre como estão sendo estes ensinamentos após estas iniciativas da Secretaria de Educação a diretora relatou que a Proposta Pedagógica está sendo reformulada e nela estão sendo inseridos temas como: Dia Nacional da Consciência Negra, Valorização do Idoso, Dia da Paz e Conciliação, Ciranda de Pais, entre outros temas e visam ampliar a participação da família na educação de seus filhos buscando aumentar o envolvimento dos mesmos nos projetos e atividades desenvolvidas na Instituição e através dela.

Ao entrevistar as 02 (duas) educadoras (roteiro anexo II) foi constatado que apesar das iniciativas que estão sendo feitas visando tornar a educação mais significativa e emancipatória para as crianças das diferentes classes sociais, pouco se tem feito para mudar a prática em sala de aula, até mesmo a educadora que participou da conferência citada pela diretora, relatou que apesar dos cursos que são oferecidos pela Secretaria de Educação, é muito difícil relacionar a teoria com a prática e também são tantos projetos e tantas crianças em sala de aula que fica difícil realizar atividades diferenciadas, no entanto em todas as atividades realizadas as crianças são ouvidas e sempre que possível são esclarecidas as dúvidas e/ou surge um projeto através da curiosidade ou relato da criança. Ao perguntar sobre a participação dos familiares no processo de aprendizagem a educadora relatou que a família pouco participa deste processo e que muitas vezes os familiares expressam sua opinião sobre a educação infantil como sendo um lugar para deixar a criança enquanto estão trabalhando, não dando importância para as atividades que estão sendo feitas ali. Geralmente os familiares perguntam como a criança ficou durante o dia, se comeu bem e se as educadoras trocaram a roupa da criança no horário que estava calor. Quando se falou em Educação Popular somente uma das entrevistadas soube descrevê-la como uma necessidade do povo. “A Educação Popular é uma necessidade do povo, como o entendimento de sua realidade, de seus direitos e deveres o indivíduo tem mais condições de realizar as transformações necessárias.” Evidenciando, assim, que muito precisa ser feito para conscientizar e mudar a forma de agir das educadoras e

também dos familiares, pois a cultura que se formou até os dias atuais em relação à Educação principalmente em relação à Educação Infantil, não dá conta de atender à Educação Popular como ela merece e precisa ser trabalhada na Escola de Educação Infantil.

Durante as entrevistas com as (02) duas pedagogas (roteiro anexo II), elas relataram que o Município possui algumas iniciativas para abordar a Educação Popular, como o sábado na praça, ciranda de pais, entre outros, no entanto muitas vezes os Projetos que são desenvolvidos no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) nem sempre conseguem trabalhar este tema e que os pais pouco participam das atividades desenvolvidas pelo CMEI dificultando trabalhar o tema em questão, segundo uma das pedagogas em muitos momentos é preciso se reunir com os familiares para que algumas propostas se articulem harmoniosamente, mas devido à pouca participação dos familiares nem sempre isto é possível.

Na entrevista com os 03 (três) familiares (roteiro anexo I) confirmou-se o que os educadores relataram sobre os mesmos, pois, ficou evidente que os familiares ainda vêem a Educação Infantil como sendo de caráter assistencialista, onde a criança deve ser bem cuidada e até mesmo que seja ensinado questões que busquem a autonomia da criança para comer sozinha, ir ao banheiro, escovar os dentes e falar com clareza para expressar seus sentimentos e necessidades e tudo que for além disto, é bom mas se não acontecer não tem problema. Os familiares acreditam que o trabalho que ocorre na Educação Infantil está atendendo suas expectativas, onde a criança está sendo bem cuidada e educada. Relatando também que os costumes e culturas são ensinados de forma satisfatória e contribui para o aprendizado da criança. Estes familiares relataram que em casa eles educam as crianças de forma que as mesmas venham a obedecer aos adultos e respeitem seus colegas de turma, mas se algum colega não o respeitar a criança deve contar para suas educadoras e se não resolver devem revidar, não deixando que seu colega o machuque. “Quero que meu filho seja bem educado e carinhoso, mas se ele apanhar de algum colega eu quero que ele se defenda. Às vezes a professora nem vê que meu filho está apanhando.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa constatou-se que a Educação Popular necessita estar mais presente nas escolas de Educação Infantil e também na cultura de todos os envolvidos com a educação uma vez que pouco se sabe sobre a Educação Popular por parte de toda comunidade escolar pesquisada. Ficou evidenciado que este tema necessita ser mais divulgado e até mesmo deve estar presente nos cursos de formação de Educadores e Professores, pois se estes profissionais não são ensinados a trabalhar com este tema, pouco terão para contribuir na prática escolar.

Após analisar alguns documentos como a Proposta Pedagógica, Regimento Escolar, entre outros, percebe-se um avanço nos últimos anos em relação as legislações que atendem a Educação Infantil no município de Pinhais/PR, no entanto somente esta iniciativa não é suficiente para se garantir que a Educação Popular seja valorizada e trabalhada nas Escolas de Educação Infantil, pois é preciso repensar a prática e buscar ações que mudem a forma de lidar cotidianamente com este tema. Não basta trabalhar temas como: O Índio, Dia da Consciência Negra, Festa Junina, entre outros temas, de forma superficial é precisar trabalhá-los estes, entre outros temas, de forma consciente, resgatando valores, costumes e ideais destes povos, sendo preciso fazer um estudo sobre eles e se possível contar com a presença destas e de outras culturas na Escola. A Educação Popular necessita ser verdadeiramente transformadora, não basta ser realizada com as classes populares, mas deve, sobretudo, estar a serviço dos interesses das classes populares e da formação de uma consciência de classe.

A formação política dificilmente ocorre isolada da experiência, assim, a teoria pouco contribui quando deslocada da realidade concreta dos sujeitos. Do mesmo modo, não há como estabelecer a primazia da teoria, mas há como dizer que a teorização sobre os fatos ocorre mais facilmente quando os dois processos, o da vivência das contradições e a racionalização da realidade concreta, se dão ao mesmo tempo. Não há como se distanciar do sujeito e de como vive e percebe a realidade. A consciência do todo é essencial para a organização, a transformação e para a atribuição de significados, pelas pessoas, do que as leva a se encontrarem em determinadas situações sociais.

Neste sentido, o resgate da Educação Popular como um projeto de classe, isto é, a educação como estratégica na transformação radical da sociedade, através da luta pela valorização de seus ideais e do fortalecimento do poder popular, precisa ser feita também na infância.

Espera-se que essa pesquisa, possa contribuir para que os profissionais da educação, principalmente os profissionais da Educação Infantil, tenham acesso e aprimorem seus conhecimentos sobre o tema aqui relatado e venham enriquecer sua prática profissional.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Ed. LTC. Rio de Janeiro. 1978.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Formação pessoal e social**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 2.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento do mundo**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3.

CAMPOS, Maria Malta & Fúlvia Rosemberg. **Equipe de pesquisas sobre creche**. Departamentos de pesquisas educacionais. Fundação Carlos Chagas. Curitiba. PR, 2005.

COSTA, Beatriz e WEID, Bernard V. **Caderno da educação popular 1**. Pretópolis. Vozes, 1984.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular**. Caderno do Cedes nº71. Rio de Janeiro, 2007. v. 27.

FROBEL, FRIEDRICH. **La educacion del hombre**: Trad. de Luiz de Daniel. Jovro Julueta, 1912 (1ª versão em 1899. International Education de identidade. São Paulo, Loyola).

FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico**: Algumas indagações e tentativas de respostas. In.: Caderno Idéias nº 8. São Paulo: FDE, 1995.

GARCIA, Regina Leite. **Revisitando a pré-escola**. São Paulo. SP: Cortez, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal no Brasil**: anos 90. In: Cidadania/Textos. Campinas, Faculdade de Educação da UNICAMP, novembro de 1997.

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, Cores, Sons, Aromas**: A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre. Artmed. 1ª Ed 2004.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogos infantis**: o jogo, a criança e a educação infantil. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

KRAMER, Sonia; ABRAMOVAY, Mirian. **O rei está nu**: Um debate sobre as funções das pré-escolas. In: Cadernos CEDES. nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 6ª ed. São Paulo. SP: Cortez, 2001.

LUDIKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. **Pesquisa em educação: Abordagem qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky, aprendizado de desenvolvimento: um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Creches: Crianças, faz-de-conta & cia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. **Educação infantil muitos olhares**. São Paulo. SP: Sied Cortez, 2001.

OSTETO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na educação infantil: Mais que a atividade, a criança em foco**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PAULA, Elaine de. **Crianças e infâncias: Universos a Desvendar**. Programa de Mestrado em Educação da UFSC. I semestre de 2005. www.scielo.br

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: São Paulo: Zahar, 1995.

PINHAIS. I **Conferência municipal de educação de Pinhais: Construindo o sistema municipal articulado de educação: Plano municipal de educação, suas diretrizes e estratégias de ação**. Secretaria Municipal de Educação. Pinhais, 2010.

_____. **O desenvolvimento infantil de 0 à 5 anos**. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de ensino: Gerência da educação infantil. Pinhais, 2008.

_____. **O trabalho pedagógico na creche**. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de ensino: Gerência da educação infantil. Pinhais, 2009.

_____. **O trabalho pedagógico na pré-escola.** Secretaria Municipal de Educação. Departamento de ensino: Gerência da educação infantil. Pinhais, 2009.

_____. **Diretrizes curriculares para educação infantil.** Secretaria Municipal de Educação. Pinhais, 2009.

_____. **Regimento escolar.** Secretaria Municipal de Educação. Centro Municipal de Educação Infantil. Pinhais, 2009.

ROSA, A. P. & DI NISIO, J. **Atividades lúdicas:** Sua importância na alfabetização. 1ª ed. Curitiba, Juruá, 1999.

ROSSEAU, Emílio. **Luta de classes ou da educação.** Rio de Janeiro. RJ: Difel, 1979.

VÉRAS, Maura. **Exclusão social - um problema de 500 anos.** In: SAWAYA, Bader (org.). Artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 2001. P.27-48.

VYGOTSKY, Liev S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1968.

WANDERLEY, Eduardo W. **Educação Popular e Processo de Democratização.** In.: BEZERRA, Aída. BRANDÃO, Carlos R., FREIRE, Paulo. GARCIA, Pedro B., MANFREDI, M. Silvia, PAIVA, Vanda P. e WANDERLEY, Eduardo W. **A Questão Política da Educação Popular.** 4ª Edição. Ed. Brasiliense s.a. São Paulo, 1984.

WANDERLEY, Mariângela. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAYA, Bader (org.). Artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 2001. P.17-26.

WINNICOTT, C. et all. (1984) Introdução. In.: KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogos infantis**: o jogo, a criança e a educação infantil. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA
EDUCAÇÃO POPULAR

**Tema da Pesquisa: O CONHECIMENTO POPULAR NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA – FAMILIARES/RESPONSÁVEIS

1. Idade: _____
2. Sexo: _____
3. Escolaridade: _____
4. Profissão: _____
5. Trabalha atualmente? Em que área? _____
6. Você é responsável por quantas crianças qual idade de cada uma delas?

7. Quantas crianças sob sua responsabilidade freqüentaram ou freqüentam este CMEI?

8. Quais os costumes e valores você quer preservar ao educar sua (s) criança (s)?

9. Você aprova é a educação que sua (s) criança (s) recebe neste CMEI?

10. O que você gostaria que fosse melhorado ou acrescentado na educação de sua (s) criança (s) neste CMEI?

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA
EDUCAÇÃO POPULAR

**Tema da Pesquisa: O CONHECIMENTO POPULAR NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

11. Idade: _____

12. Sexo: _____

13. Escolaridade: _____

14. Função que exerce no CMEI: _____

15. Há quantos anos atua na Educação Infantil? _____

16. Qual a função da Educação Infantil?

17. Qual a faixa etária de Idade da sua turma? _____

18. Quais as atividades desenvolvidas por você em sua turma? E o que elas contemplam?

19. Você participa de cursos de Formação Continuada? Eles contribuem com sua prática de sala de aula?
